

PINHEIRO-DO-PARANÁ: SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO CULTURAL OU  
EMBLEMA DE UMA HISTÓRIA DE DESFLORESTAMENTO?

Alessandra Izabel de Carvalho\*

O Estado do Paraná é considerado atualmente uma potência agrícola e consta entre os grandes pólos econômicos do Brasil. O custo ambiental de tal empreendimento tem, no entanto, se mostrado extremamente elevado. Em pouco mais de 100 anos o extrativismo e a agropecuária substituíram a matriz florestal por uma matriz agrícola que contém alguns fragmentos florestais, processo que resultou no empobrecimento da flora e da fauna, na erosão e fragilização do solo e na poluição dos recursos hídricos (PARANÁ, 2009, 25).

O início da derrubada das florestas paranaenses acompanhou a instalação das primeiras serrarias no final do século XIX, fenômeno que a colonização do norte do Estado e a introdução e expansão da cafeicultura aceleraram a partir de 1930. A partir da década de 1940, a exploração da madeira tornou-se a base da ocupação intensiva da vasta região do oeste e sudoeste. Dos anos 70 para cá, o desenvolvimento da tecnologia utilizada na agropecuária tem impulsionado cada vez mais a produção do Estado. Tal contexto, aliado a outros fatores como a ocorrência de grandes incêndios florestais, a retirada de espécies vegetais de grande importância econômica, a implantação de projetos agropecuários em áreas frágeis e a expansão urbana fizeram com que as florestas não resistissem e a cobertura florestal do Paraná que originalmente cobria mais de 84% do território caiu para menos de 11%, segundo um levantamento realizado pela SOS Mata Atlântica & INPE em 2011.<sup>1</sup>

Especificamente em relação ao tema deste estudo é definida como área de abrangência da floresta com araucária as áreas de ocorrência da *Araucaria angustifolia*, também conhecida como pinheiro-do-paraná, pinheiro-do-brasil, ou simplesmente araucária. Essa espécie ocorre em uma região de clima pluvial subtropical, em altitudes que vão de 500 a 1200m, de forma contínua desde a porção central do Rio Grande do Sul ao Sudeste do Estado de São Paulo. A floresta com araucária compunha na verdade a maior floresta original do sul do Brasil,

---

\* Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas. Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

<sup>1</sup> É importante salientar que os dados referentes à cobertura florestal atual do Estado são bastante polêmicos e variam bastante dependendo da fonte utilizada. Há que se considerar o conflito existente entre os critérios políticos e os critérios técnicos na análise e divulgação dos mesmos.

2

chegando a cobrir um terço de toda região.

No Paraná, a região das araucárias estende-se desde o primeiro planalto, imediatamente a oeste da Serra do Mar, até os segundo e terceiro planaltos. Também ocorre na região dos Campos Naturais na forma de capões ou nos vales dos rios. A fitofisionomia da floresta com araucária se caracteriza pelo fato de o pinheiro formar o patamar superior da floresta. Com uma cobertura muitas vezes extremamente densa, olhando-se de cima parece que a floresta é constituída unicamente de pinheiros. Olhando-se de baixo, ou seja, de dentro da floresta, houve um tempo em que era possível caminhar dias sem ver a luz do sol, segundo um relato de do fim do século XIX do viajante naturalista Thomas Bigg-Whiter (1974). Mas esse foi um tempo em que a floresta ainda estava praticamente intacta e correspondia a quase 40% da área total do Estado.

Ainda que a composição da floresta com araucárias varie dependendo da região, de forma geral eram florestas ricas em espécies como a imbuia, o cedro, o ipê e as canelas, madeiras de grande interesse comercial, e outras espécies de enorme valor econômico como a erva-mate e o xaxim, isso sem falar das centenas de espécies animais e botânicas imprescindíveis na dinâmica natural desse ecossistema singular .

Os últimos dados oficiais em relação ao estado de conservação da floresta com araucária são dos estudos realizados em 2001 pela Fundação de Pesquisas e Estudos Florestais. Sintetizando as informações do levantamento, observou-se que as florestas em estágio avançado correspondem a apenas 0,8% da área total da floresta com araucária e 0,24% nos campos. São apenas nessas florestas em estágio avançado que ocorrem espécies exclusivas e uma maior biodiversidade. Ao mesmo tempo, “essas florestas de extrema importância são as que vem sendo mais impactadas com a retirada seletiva de madeira ou mesmo com a retirada total da floresta”. Comparando os dados coletados ao longo dos últimos 20 anos, a conclusão dos pesquisadores é que praticamente “não há mais remanescentes de floresta com araucária primária” e “os poucos e dispersos fragmentos de floresta em estágio avançado de regeneração estão em franco processo de desaparecimento” (CAMPALINI; PROCHNOW, 2006, 76).

No caso do Paraná, a devastação das florestas com araucária torna-se ainda mais paradoxal se levarmos em conta a importância que o pinheiro, especificamente, ocupa no imaginário social do povo paranaense.

3

Com a proclamação da República em 1889 e a consolidação do federalismo, a construção das identidades culturais tanto da nação como dos estados que a formavam se colocava como imperativo. Mas o Paraná era um estado que, no início do século XX, ainda carecia de uma base demográfica, econômica, social e cultural. Nem mesmo seus limites territoriais estavam bem definidos. Em outras palavras, tratava-se de um estado sem identidade.

Foi com vistas a suprir ao menos parte dessas lacunas que um grupo de intelectuais, políticos e artistas se dedicou à tarefa de “inventar o Paraná”. Surgia então o Movimento Paranista cujo papel era exatamente “forjar uma identidade regional, com base nos ideais de progresso, modernidade e ciência que embalavam a República, em uma construção absolutamente ufanista que faria o elogio da terra” e do povo paranaenses (PEREIRA, 1997, 88).

Em paralelo à formulação desse discurso histórico, que vinha se delineando na verdade desde o final do século XIX mas que alcança sua cristalização entre as décadas de 1920 e 1930, toda uma produção de dispositivos simbólicos-ideológicos foi edificada com o objetivo de estabelecer laços de afetividade, e conseqüentemente, de identificação dos paranaenses para com as imagens, os símbolos e as representações que a partir de então os caracterizariam. Coube às artes, sobretudo à literatura, à escultura e à pintura, a construção e a representação dos mitos e das lendas paranistas, a promoção do paranaense ideal – assentado na ideia do imigrante branco, trabalhador e sementeiro do futuro – e a sinalização e o enaltecimento das riquezas da natureza dessa terra, tais como os rios, as montanhas da Serra do Mar, as Quedas do Iguaçu, a erva-mate, o reino animal e o próprio clima.

Mas de todas as representações utilizadas pelo Movimento Paranista, o pinheiro foi, sem dúvida, “o que se encaixou de forma mais concreta em suas pretensões simbólicas” (PEREIRA, 1997, 142) e de maior eficácia e durabilidade no processo de construção da identidade do povo paranaense. Nas analogias criadas pelos paranistas o futuro do Paraná seria pujante, de porte agigantado e se destacaria do resto do Brasil assim como o pinheiro se destaca no meio da floresta; o caráter do paranaense era retilíneo e altivo, tal como o tronco daquela árvore, e assim por diante. Some-se a isso que pinheiro é uma espécie que de fato consta na paisagem regional há milhares de anos, presença que por si só serviria, no imaginário paranista, “para preencher o vácuo referente à inexistência de uma tradição

4

histórica do estado” (PEREIRA, 1997, 143). Ou seja, elevado à imagem e semelhança do pinheiro o povo paranaense desde sempre estivera representado naquelas terras pela figura dos pinheirais.

É essa construção discursiva elaborada entorno do pinheiro-do-paraná como elemento agregador da identidade regional que tem nos interessado particularmente.

É importante ressaltar, no entanto, que embora a pretensão do movimento paranista fosse criar e solidificar um sentimento de “paranidade” que fizesse sentido para toda a população paranaense “apesar das suas diferenças de origem, das disputas pela hegemonia política, dos conflitos entre grupos e classes sociais”, o fato é que a abrangência do movimento, por ter sido mais que tudo uma expressão regionalista emergente da elite intelectual curitibana, ficou circunscrita ao “Paraná tradicional”, quer dizer, a Curitiba, capital do estado, e regiões próximas (BENATTE; TOMAZI, 2011, 139).

Essa é uma informação significativa na análise da profusa utilização paranista do pinheiro como símbolo máximo da identidade regional pelo fato da espécie relacionar-se diretamente como o nome Curitiba, que tem origem na etimologia indígena e significa terra de muitos pinheiros, terra de pinheirais.

Para se ter uma ideia da recorrência do pinheiro no campo das artes paranistas, vale citar o artista plástico Lange de Morretes, responsável pela estilização do pinheiro, da pinha e do pinhão utilizados como adornos decorativos em toda capital do estado, dizia ele:

*[...] Quando um artista paranaense está só ele pensa no pinheiro; quando está em companhia de outro artista, fala do pinheiro; e quando os artistas reunidos são mais de dois, discutem sobre o pinheiro. (...) Discutíamos as suas qualidades, as suas dificuldades e as suas novas possibilidades para o campo da arte (MORRETES, 1953).*

Nas obras de vários pintores renomados como Ghelfi, Freyesleben, Traple, De Bona encontramos registradas as suas percepções e interpretações sobre a árvore-símbolo do Estado. O próprio espaço urbano da capital se tornou tela para as intervenções paranistas e o pinheiro passou a figurar tanto na arquitetura como nas calçadas e nos monumentos das praças.

Porém, ao mesmo tempo em que os paranistas se empenhavam na construção de uma identidade simbólica e intelectualmente construída para o Paraná, o principal elemento

5

concreto do entorno natural que sustentava tal formação discursiva, o pinheiro, começava a rarear.

A partir da década de 1930 a indústria da erva-mate que havia a base da economia paranaense do século XIX e, em grande parte, responsável pela introdução das relações capitalistas de produção no Paraná foi sendo substituída por um modelo econômico pautado no café e na madeira. De fato, o potencial econômico das florestas fez com que a indústria madeireira se expandisse pelos municípios paranaenses. Com a colonização do norte e do sudoeste do Paraná, e conseqüente ampliação da malha viária e ferroviária, ou seja, com a facilitação do acesso, as florestas começavam a ser definitivamente devastadas.

Se por um lado o povoamento do Estado representava a chegada do progresso, por outro, trazia igualmente prejuízos, sobretudo ambientais, pois o rápido desaparecimento dos pinheirais alterava significativamente a paisagem que tanto inspirara os paranistas (BAHS, 2007, 110).

É certo, no entanto, que a destruição das matas paranaenses não passou despercebida, ao menos não aos olhos de Romário Martins, um dos fundadores e o maior ideólogo do movimento paranista. Romário deixou mais de 70 obras publicadas, a maioria delas sobre a história do Paraná e é no conjunto da sua obra que podemos perceber um discurso que entremeia a exaltação do progresso, da civilização e da modernidade e a importância da proteção do meio ambiente, ora como processos interdependentes, ora com sobreposição do primeiro sobre o segundo.

Romário Martins fora colaborador na redação do primeiro Código Florestal criado no Brasil em 1907, um código estadual que, bem da verdade, nunca saiu do papel. De toda forma, a elaboração do código expressa a necessidade de um ordenamento legal das práticas do extrativismo florestal paranaense. O caráter pragmático e utilitarista do Código de 1907 fica ainda mais evidente na revisão deste ordenamento em 1919. Esse projeto de lei, agora de autoria de Romário Martins, propunha o reflorestamento das áreas dizimadas e a formação de bosques industriais. Para ele, essa seria uma iniciativa salvadora já que deslocaria a demanda crescente em função da guerra por madeira nobres ao mesmo tempo que se reconstituíam artificialmente as florestas nativas derrubadas. A questão, no entanto, é que esse reflorestamento deveria ser feito com espécies de rápido crescimento como a bracatinga e exóticas, como o eucalipto. Ou seja, o que Romário Martins propunha era a formação de

6

bosques homogêneos a despeito do impacto que esses poderiam causar no solo e nas nascentes e cursos d'água que o Código a princípio pretendia proteger.

Em 1926 Romário Martins propõe um novo projeto que “Reorganiza o código florestal e consolida as demais leis vigentes sobre a exploração de madeiras”. A novidade desse código é que a par da regulamentação das florestas protetoras e das florestas de exploração, já descritas nos códigos anteriores, aparecem as reservas florestais, que seriam “as constantes de áreas pelo governo determinadas para perpetuarem o sertão paranaense isento de alteração na sua fisionomia natural” e cuja “finalidade será exclusivamente documentativa: científica, moral e estética”.

O empenho legislativo de Romário Martins em prol da preservação das florestas paranaenses pode ser contrastado, no entanto, com uma série de artigos publicados em jornal de Curitiba, em 1924, sob o título *Cafelândia – Terra das glebas de ouro (Impressões de viagem)*, nos quais Martins exalta os pioneiros, ou seja, os primeiros grandes proprietários de terra que colonizaram a região norte do estado, descrevendo-os como

*yankees brasileiros, netos de bandeirantes, herdeiros directos das energias assombrosas dos que fizeram a penetração do Paraguay, descobriram o Piauhy, as minas de Sabará e Paracatu, as solidões de Cuyabá e de Goyaz, percorreram o Rio Grande do Sul, no norte do Brasil chegaram ao Maranhão e ao Amazonas e tendo galgado a cordilheira peruana "atacaram os hespanhoes no amago dos seus dominios", Saint'Hilaire - poderiam realizar, seguidos de audazes mineiros, essa investida contra as mil dificuldades e os mil perigos do sertão paranaense. (MARTINS, 1924, s.p.)*

Para ele seria essa “raça de gigantes” a responsável por dominar e conquistar o “agressivo e maravilhoso” sertão paranaense “para o progresso e a civilização”.

*Attrahidos pela magnificencia sem par das terras roxas do Norte do Paraná e estimulados, quiçá, pelas proprias dificuldades que lhes offerecia a aggressividade titanica da floresta imensa, - paulistas e mineiros realizaram , nessa Terra das Glebas de Ouro, uma das mais formidaveis afirmações das suas actuaes energias. (MARTINS, 1924, s.p.)*

Nos artigos de Romário Martins as florestas da região, apesar de sua “majestade e opulência inextinguível”, destacam-se mais por terem sido derrubadas para que ali pudessem ser produzidas as “opulentas lavouras de café” (MARTINS, 1924, s.p.). O episódio da colonização e da instalação dos cafezais é descrito como uma batalha entre as florestas e a “fortaleza do braço” e a “inteligência” daqueles que as abateram: “Ainda hoje se pode ver, às margens da estrada de rodagem [...] com que gigantes [as árvores] teve de lutar o homem que

7

transformou em lavouras vitoriosas a selva bruta de toda a região do Norte do Paraná” (MARTINS, 1924, s.p.).

Martins se mostra, no entanto, sensível às perdas que tal empreendimento causava à natureza local:

*E’ notavel o desaparecimento de grande numero das especies faunisticas da região, devido ao rapido desflorestamento. Meio antes propicio á vida de aves e mammiferos devido á sua magestosa vegetação arbórea, á profusão das aguadas e ao clima, está hoje quase inteiramente transformado, como é natural, com a substituição, quase integral, da matta virgem pelas lavouras. Assim é que ao viajôr daquellas paragens não se deparam senão escassos representantes de uma fauna que, por força das condições naturaes da região toda, foi sem duvida muito abundante e variada. (MARTINS, 1924, s.p.)*

Mas o sacrifício, nas sua próprias palavras, não fora inútil. Os animais e a mata virgem haviam sido substituídos por uma riqueza que ele descreve como incomparavelmente maior, uma lavoura que era representativa da agricultura moderna, planejada e científica – muito diferente das roças improvisadas dos sertanejos:

*O machado, o fogo e o tempo que a destruíram [a floresta], foram o ferro e o fogo que fazem o progresso e que levantam civilizações e não as armas fáceis quase inúteis com as quais o sertanejo imprecavido derriba-a e incendeia para sobre suas cinzas plantar a gramínea das suas roças precárias e cada vez mais exigentes de novos sacrifícios, de novas destruições de vidas florestais. (MARTINS, 1924, s.p.)*

A Cafelândia, louvada e exaltada por Romário Martins em 1924, seria o reverso da Araucarilândia que o pesquisador naturalista Francisco Carlos Hoehne observou em viagem realizada pelos estados do Paraná e Santa Catarina, em 1928, com o intuito de levantar mais informações científicas sobre a imbuia, uma das espécies arbóreas que compõem a floresta com araucária.

De riqueza singular nas descrições das espécies botânicas que foi encontrando ao longo da viagem, o texto de Hoehne em Araucarilândia (1930) é mais que tudo uma denúncia e um alerta. Sua viagem não se estendeu ao norte do Paraná mas, com o que viu na região de Curitiba e ao sul, ficou-lhe evidente a rápida ação devastadora sobre as florestas, promovida sobretudo pelas madeiras. Por várias vezes Hoehne critica a forma imprevidente e predatória com que se exploravam as florestas dos dois estados:

*Alguém disse que o nosso caipira é o semeador de taperas, fabricante de desertos e um inimigo das matas. Isso é exato. Além da instrução falta-lhe o instinto que caracterizava o aborígena. De perdulário torna-se mau. O seu machado derruba e*

*destrói anualmente – enquanto encontra – o quanto bastaria para dar fortuna a alguém mais ajuizado que soubesse aproveitá-lo.* (HOEHNE, 1930, 6)

Porém, com uma posição diferente da de Romário Martins, continua: “Assim procederam e continuam agindo os vanguardas da nossa civilização, que denominamos pioneiros e desbravadores do sertão”. Tal prática de devastação das florestas era facilitada pela construção das ferrovias: “Onde a estrada de ferro chega, as florestas recuam”, dizia Hoehne, o que faz por alimentar cada vez mais o nomadismo das serrarias que proliferavam sempre em busca de novas áreas de extração.

Com um certo tom profético, Hoehne finaliza o texto de Araucarilandia da seguinte forma:

*A imbuia é uma árvore que desaparecerá com o pinheiro-do-paraná dentro de cinquenta anos, se providências enérgicas não forem tomadas desde já pelos governos estaduais e federal e interesse não for despertado entre os particulares no sentido de protegê-las e replantá-las. Que providências sejam tomadas imediatamente, é o que desejamos ao entregar esse relatório ao público.* (HOEHNE, 1930, 113)

Infelizmente, as tais providências não foram tomadas...

Mas se o pinheiro-do-paraná tombava incessante e indiscriminadamente em meio ao desmatamento em curso, na prática discursiva e na produção simbólica continuaria firme no propósito de fundamentar um discurso identitário regional, ainda que o viés utilizado seguisse em outra direção.

É o que se percebe a obra intitulada “Paraná vivo”, de 1953, do professor Temístocles Linhares, outro intelectual de grande influência no pensamento paranaense. Ainda que apresentando preocupação com a significativa redução da cobertura florestal do mundo em geral mas mais especificamente com a do Estado, Linhares produz um novo sentido para a árvore considerada símbolo do Paraná e da identidade de seu povo:

*[...] deixando para trás o tempo em que o pinheiro não passava de simples motivo de inspiração de poetas idílicos que procuravam se ajustar à natureza circundante, para ver nele ora “uma taça erguida para a luz”, ora um vulto senhorial a quedar-se firme e ereto diante do tufão e do raio, quando era posta em jogo a sua qualidade de presidente do Supremo Tribunal Vegetal, título que lhe conferiu o poeta Raul Bopp, se não nos falha a memória. O pinheiro limitado às puras cogitações poéticas, assim, se reduz hoje a tema puramente mitológico, a inocente divertimento com que povoavam a imaginação dos nossos coevos, mergulhados no contemplativismo mais infenso a qualquer espécie de concepção utilitária de conforto e bem-estar, se bem que inconscientemente estivessem eles propagando a preservação de nossas florestas.* (LINHARES, 2002, 92)

9

A ideia de que o discurso paranista estivesse de alguma forma propagando a preservação das florestas é questionável. O que chama a atenção, no entanto, é que Linhares de fato abandona uma representação puramente poética, figurativa e imagética da araucária erigida pelos paranistas de outrora e destaca o seu potencial para a economia regional, a exemplo, sobretudo, da fábrica de papel de Monte Alegre. Para Linhares, o reflorestamento, tal como implantado Cia. Monte Alegre, e a industrialização promoveriam o desenvolvimento do Estado e do homem paranaense, ou seja, abririam espaço para a “civilização do pinheiro”.

Na verdade, o paranismo da década de 1920, empenhado na construção de símbolos para a identidade regional, estava sendo substituído na década de 1950 por um outro discurso identitário, fundado muito mais na concepção de grandeza e de prosperidade do Paraná. Era época do centenário da emancipação do estado e grandes obras foram realizadas com pretensões de se tornarem marcos memorativos para a posteridade. O governador da época, Bento Munhoz da Rocha Netto, foi o grande empreendedor dessas ações. O discurso recaía então sobre os emblemas da modernidade que deveriam ser visíveis, por exemplo, na arquitetura da capital, mas também na prosperidade econômica que se concentrava no interior do Paraná, mais especificamente nas atividades relacionadas à cafeicultura, e, sobretudo, na necessidade de integração política dos novos habitantes do território paranaense.

As décadas de 1960 e 1970 marcaram uma nova fase na produção do discurso histórico regional. Nessa produção, agora academizada (vale lembrar que o departamento de história da UFPR fora criado em 1959) e crítica da narração tradicional da história paranaense, que de uma forma ou de outra caracterizara o paranismo, a identidade regional passa a ser problematizada a partir de uma perspectiva da história econômica, demográfica e social. Nesses estudos, o pinheiro surge, quando surge, apenas como elemento estatístico do ciclo econômico da madeira.

É somente a partir da década de 1980 que as araucárias voltam a aparecer, ainda que timidamente, na agenda do debate público, e agora na forma de denúncia do esgotamento da espécie.

Sob ameaça de extinção a araucária passou a ser protegida pela legislação estadual em 1992 e pela legislação federal em 2006. A partir de então não se pode mais cortar pinheiros, mas por outro lado também não se planta e não se deixa crescer. Isso porque a proibição de seu aproveitamento futuro fez da araucária uma espécie maldita entre os agricultores, a

10

presença dela em suas propriedades é vista como um problema cuja melhor solução é a sua eliminação ainda no estágio de muda. Essa prática tem agravado ainda mais o quadro de extrema fragilidade a que estão submetidos os escassos remanescentes das florestas com araucária do Estado, que sofrem diariamente com a ação criminosa de corte e retirada seletiva de madeira.

O fato, no entanto, é que, mesmo em uma escala muito diminuída, os pinheiros ainda fazem parte da paisagem paranaense, tanto da paisagem natural – na forma de espécies isoladas, presentes no ambiente urbano, ou então na forma de pequenos bosques, bastante característicos na zona rural – como da paisagem cultural – na forma de representações simbólicas que ainda servem de elementos da identidade regional. Ao olhar descuidado, isso gera a percepção (ou ilusão) de que não há motivos para tanto alarde pois “ainda há muito pinheiro por aí”.

Ou seja, a imagem icônica do pinheiro-do-paraná, cuidadosamente cultivada na construção da memória e da identidade social e cultural dos paranaenses, ainda subsiste mesmo em face ao mapeamento dos processos de desmatamento e da evidente destruição de suas florestas.

A questão que se coloca agora é como as pessoas que presenciaram essa mudança no seu entorno natural percebem as transformações provocadas na natureza, que memórias construíram na sua convivência com a espécie e que valores seja afetivos, estéticos ou econômicos atribuem às florestas com araucárias, é nesse sentido que essa pesquisa caminha.

#### Referências bibliográficas:

BAHLS, Aparecida V. S. A busca de valores identitários: a memória histórica paranaense.

Tese de Doutorado em História. UFPR, 2007.

BENATTE, Antonio P.; TOMAZI, Nelson D. As terras do nordeste do Paraná segundo Romário Martins. *ANAIS do II Encontro Regional GT Religião e Religiosidades da ANPUH PR/SC & da 40ª Semana de História DEHIS/UEPG*. Religião, Cultura e Identidades. Ponta Grossa: Editora Aos Quatro Ventos, 2011, p. 133-151.

11

BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet. *Novo caminho no Brasil meridional: a província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos: 1872-1875*. Rio de Janeiro: José Olympio; Curitiba: UFPR, 1974.

CAMAPALINI, Maura; PROCHNOW, Miriam. *Mata Atlântica – uma rede pela floresta*. Brasília: RMA, 2006.

FUNDAÇÃO DE PESQUISAS FLORESTAIS DO PARANÁ. *Conservação do Bioma Floresta com Araucária*. Curitiba, 2001.

HOEHNE, Frederico Carlos. *Araucarilandia*. Observações Geraes e Contribuições ao Estudo da Flora e Phitophisionomia do Brasil. Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de São Paulo. Companhia Melhoramentos de S. Paulo, 1930.

LINHARES, Temístocles. *Paraná vivo: um retrato sem retoques*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000. (Brasil Diferente).

MARTINS, Romário. *Cafelândia – Terra das glebas de ouro (Impressões de viagem)*. Curitiba, 1924. Coletânea de recortes de jornais. Acervo do Museu Paranaense.

PARANÁ, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos/SEMA – Projeto Paraná Biodiversidade: Verde que te quero verde, 2009.

PEREIRA, Luís F. L. *Paranismo: O Paraná inventado*. Cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

SOS Mata Atlântica; INPE; ISA. *Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica*. Período de 2008-2011. Fundação SOS Mata Atlântica, Instituto de Pesquisas Espaciais e Instituto Socioambiental, 2011.